



OCUPANDO MENTES ENCARCERADAS: OU DE COMO REVELAR AS INVISÍVEIS

Miryan Aparecida Nascimento Souza

Aluna de Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras. Email: miryan.13@hotmail.com

Mariana Moreira Neto

Professora Doutora do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras. Email: moreiramariana@uol.com.br

RESUMO Este trabalho busca discutir como, nas relações sociais atuais, as políticas de gênero refletem e revelam assimetrias e preconceitos. Ao trabalhar com mulheres do Presídio Feminino da Cidade de Cajazeiras, na Paraíba, observou-se que as presidiárias não perdem apenas o direito a liberdade de ir e vir, mas a identidade enquanto sujeitos políticos e sociais. Tendo como suporte metodológico a pesquisa-ação que orientou a discussão sobre relações de gênero e cidadania, problematizaram-se questões de direitos humanos, considerando o contexto prisional feminino e de como elas se percebem, quais compreensões elaboram sobre direitos e deveres e como entendem a alteridade, reconstruindo as percepções de valores, regras e normas morais e sociais. Os resultados são baseados nas atividades realizadas, leitura de textos, visualizações de imagens, vídeos, dinâmicas, atividades manuais, que trouxeram amplas discussões sobre as temáticas abordadas, revelando como elas se percebem como mulheres, reelaborando algumas percepções de gênero e contribuindo na reintegração social. Considerando ainda as discussões acerca do disciplinamento dos corpos como elemento importante do processo de “domesticação” das presidiárias e quais comportamentos são desejados para as mesmas, as oficinas revelaram como as regras, normas e determinações são significadas no cotidiano do presídio e, ao mesmo tempo, criam espaços de resistência e quebra do assujeitamento.

Palavras-chave: relações de gênero, direitos humanos, violência, presidiárias.

roupa de cama, um banheiro em cada recinto, fogões precários e varais que ocupam o lugar de araras e armários e onde são estendidas as poucas peças do vestuário. Além das quatro celas principais, outras duas, menores, são destinadas as presidiárias em regime de reclusão total, ou que cumprem punições por desacato, desobediência, tumultos (são celas convertidas em espécie de solitárias). As dependências da Administração são divididas em duas salas de dois metros quadrados cada,

INTRODUÇÃO

São apenas quatro celas, medindo, aproximadamente quatro metros quadrados. Espaço que abriga improvisadas camas de alvenaria, com rotos colchões e nenhuma



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

a primeira funciona como sala de espera a outra é utilizada para interrogatório das recém-detidas, revista íntima, entre outras funções da administração, se diferenciam uma da outra porque a segunda sala descrita possui um minúsculo banheiro.

Este é o cenário do Presídio Feminino de Cajazeiras, que começa a funcionar a partir do ano de 2010. O prédio, construído no final da década de 1940 e início da década de 1950, abrigava a Cadeia Pública do município, tendo como população principal, presos (homens e mulheres) que aguardavam julgamento.

Embora assuma a configuração de Presídio Feminino o imóvel não sofreu nenhuma alteração, no plano de engenharia e arquitetura, para adequar-se as suas novas funções. Além do mais, ainda continua caracterizado como presídio misto porque os detentos do regime semiaberto (albergados) dormem no presídio, em celas distintas, uma vez que o Presídio Masculino localiza-se fora da cidade.

Neste espaço que, de maneira minimamente satisfatória, deveria abrigar 30 detentas, atualmente registra uma população carcerária de 64 presas. A inexistência de outros espaços, como biblioteca, sala de leitura, sala de jogos, oficinas e outros equipamentos necessários e imperativos para um processo de ressocialização permissível

produz uma realidade de absoluta ociosidade e de total invisibilidade social.

É neste cenário que, desde 2013, vem sendo realizado o Projeto de Extensão “O feminino aprisionado: direitos humanos e relações de gênero no Presídio Feminino de Cajazeiras – PB”, vinculado ao Programa de Bolsas de Extensão da UFCG. O projeto vem realizando ações extensionistas com as mulheres apenas trabalhando a formação política e a valorização pessoal e cidadã, tendo sempre como linha transversal à questão das relações de gênero. A principal motivação para a sua realização é a inexistência de ações e projetos que atuem nesta perspectiva no município de Cajazeiras - PB.

Trabalhar ações extensionistas que tenham como objetivo uma discussão sistemática sobre direitos humanos, cidadania e relações de gênero, considerando o contexto prisional feminino, vem, desse modo, criando espaços para a constituição de uma compreensão sobre os direitos humanos das mulheres apenas. Busca-se, de alguma forma, reverter uma situação preponderante que aponta essa como uma questão irrelevante diante dos graves problemas sociais que afetam considerável parcela da população brasileira.

A sistematização desta experiência procura construir uma articulação entre as



ações extensionistas e as práticas e saberes a elas subjacentes. Ou seja, como a extensão pode produzir saberes e conhecimentos que subsidiarão a reelaboração do ensino e da pesquisa, no âmbito da academia, e também servirão como elementos para alavancar mudanças na vida dos grupos sociais.

METODOLOGIA

O desenvolvimento das ações extensionistas tem como um dos suportes metodológicos a pesquisa-ação que, na concepção de Thiollent, um dos principais articuladores teóricos desta proposta,

(...) é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p.16)

Essa proposta metodológica vem possibilitando uma interação participativa entre equipe e beneficiários das ações extensionistas, considerando que a pesquisa e a ação se dão de forma concomitante e o grupo beneficiado tem formas de elaborar possibilidades de transformar sua realidade e articular a produção de conhecimentos e de saberes.

Através da realização de dinâmicas, oficinas, produção textual, atividades de

desenhos, exibição de documentários e filmes, capacitação e formação profissional, organização de bazares e outros eventos que dão visibilidade a vida e a experiência das presas são desenvolvidas discussões e reflexões que estão possibilitando que elas elaborem compreensões acerca das políticas públicas que favorecem a melhoria das condições de vida no presídio. Dessa forma, também é interessante observar que as atividades, ao trazerem como referência a questão dos direitos humanos das presidiárias, se apresentam como um dos elementos primordiais para a construção de espaços onde elas exercitem sua capacidade de compreensão e participação social e cidadã.

Em todos esses momentos são trabalhadas com as mulheres apenas do Presídio Feminino de Cajazeiras questões como a construção cultural do masculino e do feminino, saúde e direitos reprodutivos, direitos humanos, condições de vida, relações afetivas e sexuais, convivência com o mundo externo e outras questões consideradas pertinentes.

A adoção dessa opção metodológica se mostra como a mais produtora considerando a configuração do trabalho que se realiza, ou seja, a possibilidade de instituição de um processo de formação política das mulheres presidiárias, visando a sua cidadania enquanto pessoa humana e enquanto mulher.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades são realizadas no pátio, sob o olhar atento e vigilante de um ou mais carcereiros. Um olhar que parece dirigir as falas das presas que se mostram receosas ou relutantes quando o assunto envolve a situação em que se encontram, as condições estruturais, o tratamento recebido pela administração. Um olhar vigilante que perscruta além do visível e deixa antever as teias e táticas do controle do poder penitenciário sobre as mulheres.

A disciplina é a técnica de poder que fabrica os indivíduos ao utilizar como plataforma uma anatomia política do corpo. A distribuição e repartição superficial dos corpos em um espaço determinado os tornam úteis e dóceis; mas pela docilização e otimização dos corpos visa-se à constituição de um incorporal, de uma subjetividade docilizada. (CANDIOTTO: 2012, p. 20).

Quando falam o nome da diretora, por exemplo, as presas demonstram respeito utilizando o termo *senhora fulana*, e, de forma velada, certo disciplinamento e docilidade, corroborando com o que afirma Foucault: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (2014, p.134).

A docilidade, ou mansidão, quando situadas no campo da disciplina carcerária, podem ser compreendidas como estratégias

para corrigir todos os comportamentos indóceis, subversivos, estranhos aos “padrões femininos”. Comportamentos que justificam os delitos cometidos, a transgressão da lei, e que desviam corpos “femininos e frágeis” convertidos em monumentos endurecidos, rudes, masculinizados.

Mas, como docilizar e disciplinar corpos em um ambiente hostil, mal arejado, sujo, com superlotação? Como manter o olhar vigilante sobre corpos e mentes? Quais táticas são empregadas pelas presas como resistência a esse poder disciplinador?

Essas questões são observadas, de forma recorrente. Quando as presas escapam da vigilância, nas atividades realizadas em locais menos vigiados, como o alojamento dos albergados, são registrados, de maneira fértil, relatos de insatisfação, como, por exemplo, a comida comparada a “lavagem”.

Contar com o poder público para alimentar-se é um pesadelo. Comida estragada e fora da validade é servida, sem dó, para as detentas. Não existe, tampouco, esforço por tornar o alimento servido mais nutritivo ou apetecível. (QUEIROZ, 2015, p.183)

Uma ligeira observação já é suficiente para desenhar o cenário do Presídio, mas que não pode, sequer, ser rabiscado quando a presença, real ou panóptica, da administração se vislumbra. Assim, a disciplina enquanto proceder político, se constitui e se institui na esteira dos comportamentos assumidos diante



do medo da punição. Um processo exterior que algumas internalizam e que serve para acatar as ordens e render-se. “Elas incorporam o aprisionamento como regra e não consegue mais sair disso” (QUEIROZ, 2015, p.176).

Um carcereiro, antes da realização de uma das atividades, informa que algumas presas não participariam, pois estavam dormindo. Indagado a causa da sonolência revelou ser em razão da medicação que consomem. É visível que muitas passam por problemas psicológicos, crises de ansiedade, depressão, dependência de entorpecentes e drogas lícitas e ilícitas. No entanto, o acompanhamento especializado (psicólogos, médicos, terapeutas) é esporádico, ou inexistente. A alternativa que sobra é o uso de tranquilizantes, convertidos em tentativa de acalmá-las, mas, sobretudo, como método disciplinar, ou seja, o efeito tranquilizante da medicação reprime a insubordinação e configura e conforma comportamentos dóceis.

A falta de oficinas, a inexistência de atividades que estimulem a mente agrava a relação das detentas com o meio. Para muitas, as atividades realizadas pelo projeto de extensão representam a única possibilidade de vivenciar um espaço lúdico, ou, para outras, uma terapia para afugentar medos, solidão, isolamento.

Ao expressar a importância do projeto e a necessidade de sua continuidade, percebe-se

uma grande identificação de posições que revelam como uma atividade que, embora com periodicidade quinzenal, consegue ganhar a relevância de espaço de dignidade e valorização:

- *A gente ocupa a mente, é muito ruim ficar sem fazer nada.*

- *Só da gente poder sair daquele calabouço e vir aqui pro pátio já é uma melhoria.*

- *É tão bom as histórias que vocês trazem.*

- *As figuras, as brincadeiras intertem a gente, faz o tempo passar.*

O ócio que marca os dias sem nenhuma atividade produtiva é terrível, testemunham as presidiárias. Poucas trabalham na cozinha, numa clara manifestação da ausência de políticas que possibilitem a reintegração e a reinserção social, pelo viés do trabalho. De maneira esporádica, entidades como o SENAC oferecem alguns cursos de manicure e cabeleireiro, mas que são realizados em períodos curtos com número de vagas que não contempla a todas.

- *Minha filha, era tanto menino chorando dizendo mãe vamos pra casa que eu nem lembro mais o que havia escrito naquele papel.*

A fala de uma presa ao descrever a visita que recebeu da família expressa como a solidão provocada pelo isolamento e pela invisibilidade social representa outro aspecto do mundo das cadeias. Ao encerrar as atividades do projeto, antes do recesso natalino, foram entregues para elas frases de



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

autores falando sobre liberdade, autonomia, respeito, valorização feminina e, quando do retorno, uma presidiária manifesta, de forma cadente, seu sentimento com a visita da família e de como esse momento conseguiu suplantar a solicitação de refletir sobre uma frase.

Esse sentimento é importante quando se considera que algumas das detentas não recebem visitas de parentes, companheiros(as) ou amigos(as). Umas, porque são de outros municípios e, até mesmo de outros estados. Outras, porque são relegadas pela família. A tentativa de superar o isolamento, em muitos momentos, é iniciativa das próprias presas. Em uma das atividades realizada, todas foram contempladas com kits de higiene pessoal. Seguindo uma dinâmica elaborada e desenvolvida, algumas foram contempladas com brindes distribuídos a partir de critérios que elas determinaram. Dessa forma, o principal critério para o acesso aos brindes foi o de contemplar aquelas que não recebiam visitas. Ou seja, mesmo com as diferenças e atritos que, em vários momentos, as dividem e as distanciam, apreende-se a existência de regras e normas de conduta pautadas pela solidariedade, até mesmo, como forma de superar a solidão do que elas chamam “calabouço”.

Questionadas sobre a existência de algum fato significativo que marcou as suas

vidas numa resposta quase que unânime as presas responderam: a prisão. Uma prisão que tem como antecedente o envolvimento com drogas:

- Eu tenho um fato que marcou muito e marca minha vida. Lá fora eu era usuária de drogas e meu marido não. Nós brigávamos muito. Eu saía de casa e passava dias sem voltar. Foi um amigo que me apresentou as drogas. Ele disse: olha é muito bom melhor que cachaça. Só que, quando comecei a usar, aí era que eu bebia. Eu tinha quatro filhos que foram entregues ao Conselho Tutelar e foram adotados. Meu marido nunca fez nada pra me tirar da vida de drogada. Ao contrário, ele me batia, quebrava tudo dentro de casa. O engraçado é que hoje ele segue a mesma vida que eu seguia. Tá por aí. Por isso tudo eu não sou feliz fico lembrando essas coisas dos meus filhos. Quero sair daqui, começar uma nova vida.

Outro aspecto revelado pelo projeto são as desigualdades de gênero que entremeiam as ações criminosas e orientam condutas e procederes. Nesse sentido, no Presídio Feminino de Cajazeiras, reproduzindo uma situação bem comum em quase todos os presídios brasileiros, muitas presas estão respondendo por delitos cometidos por companheiros, ou foram introduzidas na criminalidade por eles. Todavia, chegando ao presídio, elas não recebem o mesmo



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

tratamento que a eles são dispensados, quando presos. São comuns, em presídios masculinos, as visitas de esposas, filhos, parentes. Nos presídios femininos essa frequência é bem apagada.

Para Queiroz,

Quando um homem é preso, comumente sua família continua em casa, aguardando seu regresso. Quando uma mulher é presa, a história corriqueira é: ela perde o marido e a casa, os filhos são distribuídos entre familiares e abrigos. Enquanto o homem volta para um mundo que já o espera, ela sai e tem que reconstruir seu mundo. (QUEIROZ, 2015, p.77)

São presas para pagar pelos crimes que cometeram, porém acabam pagando um preço mais alto, comparando-se aos homens, é inevitável a comparação entre o tratamento dos homens encarcerados e das mulheres encarceradas, isso recai uma separação, diferenciação dos sexos trazendo amarras da construção biológica e cultural. Isso porque as mulheres que estão presas tiveram uma educação pautada na feminilidade, que deveriam ser dóceis, sensíveis, procurando no crime algo menos denso o tráfico por exemplo, os homens já moldados, quando crianças a serem grosseiros, a não chorar por “serem o sexo forte”, no mundo do crime se envolvem por exemplo em homicídios, entretanto não se pode afirmar que as mulheres do crime são boazinhas e os homens os ruins, porque assim como fora do sistema

carcerário as mulheres e os homens assumem múltiplas *performances*. No cárcere não é diferente. Nota-se que ambos cometem variáveis crimes, e cada caso se diferencia, pela singularidade, um do outro. O que se avalia é a dimensão da natureza do crime que um ou outro cometeu como mostra Queiroz:

Segundo Ministério da Justiça, entre 2007 e 2012, a criminalidade cresceu 42% entre as mulheres – ritmo superior ao masculino. Uma tese em voga entre ativistas da área é a de que a emancipação da mulher como chefe da casa, sem a equiparação de seus salários com os masculinos, tem aumentado a pressão financeira sobre elas e levando mais mulheres ao crime no decorrer dos anos. Dados comprovam a teoria. Os delitos mais comuns entre mulheres são aqueles que podem funcionar como complemento de renda. Os próximos da lista, e para os quais vale o mesmo raciocínio, são os crimes contra o patrimônio, como furtos e assaltos. Os crimes cometidos por mulheres são, sim, menos violentos; mas é mais violenta a realidade que as leva até eles. (QUEIROZ, 2015, p.63).

Ao discutir essa relação entre as mulheres e homens delinquentes, reafirmam-se as diferenças e desmistifica-se a compreensão vigente de que as mulheres são mais dóceis.

Outro elemento observado é o de que as mulheres presas são relegadas pela família e pela sociedade também por uma questão cultural, considerando-se que o crime é masculino e, ao homem, é natural ser violento como expressão de seu caráter de “macho”.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

As mulheres “frágeis” não se coadunam com a configuração violenta do crime. Aquelas que transgridem essa norma cultural ganham a invisibilidade da família e da sociedade, numa compreensão que tem amarras enraizadas ao longo do tempo. Segundo Almeida:

No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade e espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveria impregnar a vida social. (ALMEIDA, 1998, p.17).

Uma classificação cultural ainda muito incrustada no imaginário social contemporâneo. Dessa forma, no cárcere não é diferente. As mulheres carregam as marcas dessa construção cultural. Ainda é bastante marcante a visão de fragilidade, a revelia das lutas feministas e das conquistas alcançadas. Ainda está incutida, em muitas mulheres, a necessidade de assumir essas posturas, sendo uma tarefa complexa a reversão desse entendimento que determina e perfila valores e princípios.

Por outra ótica é pequeno o número de mulheres que recebem visitas de seus parceiros (as). Na maior parte dos casos, o casal foi preso junto. No entanto, as que possuem namorado(a), esposo(a), ou

companheiro(a) fora do presídio, ainda é em número pequeno. Segundo Gouveia e Camurça (apud MEDEIROS FILHO),

(...) na maioria das vezes o que é masculino tem mais valor. Assim, as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo. É por isso que se diz que as relações de gênero são relações de poder (2015, p. 17).

Em uma das atividades realizadas com as presidiárias distribuimos imagens de mulheres que sofreram violência doméstica, intra-familiar, no debate uma presidiária relatou:

- *Teve um tempo que eu tive que usar um reibam para esconder os dois olhos roxos de tanto murro.*

Questionamos quais as providências cabíveis ela tomou, ela respondeu:

- *Eu amava ele depois dele me bater eu ia cheirar abraçar ele”.*

É visível nessa fala o quanto as mulheres se submetem, em uma relação de submissão que mesmo sendo agredidas insistem utilizando como argumento os sentimentos, mas que amor é esse? Que maltrata, diminui, desrespeita, ao ponto de agredir psicologicamente e fisicamente são incompatíveis ao conceito de amor, por exemplo em alguns casos elas são iludidas pelos parceiros com promessas de mudanças, alguns ao fazerem uso de bebidas alcoólicas usam o álcool para justificar as agressões, e a

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

maioria delas acredita nesses argumentos, o que é estranho é a naturalidade que as agressões são “aceitas”, o quanto passa impune. Infiro que na maior parte dos casos as vítimas têm medo de denunciar, existe um conformismo das vítimas agredidas, porque falta a compreensão de que não é normal, nem deve ser aceito as violências. Esse amor acaba que legitimando a violência e protegendo o agressor.

Ela estava convicta de que iam estuprá-la. O pensamento girava e girava na sua cabeça e ela começou a preparar o corpo praquilo. Começo a rezar. No lugar, porém, vieram mais socos mais sacos pretos, vômitos de puro sangue. E nenhum hematoma - esses sabiam das coisas. Já estava desfalecendo, aceitando a morte como consolo quando desistiram. (QUEIROZ, 2015, p.139-140)

Os relatos de violências sofridas por apenas dentro dos presídios são inúmeros. Verificam-se, por exemplo, nas ações de interrogatório, em situações de abuso sexual em troca de regalias, ou abuso sexual sem consentimento das vítimas. Casos tratados com descaso pelas autoridades e, aqueles que ousam denunciar essas questões, deparam-se com a realidade da impunidade que favorece agressores. Considerando ainda que aqueles que se atrevem a denunciar esse quadro e exigir o respeito aos direitos das presas enfrentam perseguições, ameaças de morte.

CONCLUSÕES

A importância das atividades desenvolvidas pode ser auferida pelo fato de que muitas presas, embora tenham informações preliminares sobre os seus delitos, o enquadramento legal, tiveram aproximação com temas até então distantes de sua realidade.

Ao tratar de aspectos como direitos humanos, gênero e cidadania as presas começam a elaborar conceitos e entendimentos que são importantes como saberes formadores para uma visão mais crítica da realidade. Ao realizar atividades coletivas – oficinas, exibição de vídeo, dinâmicas – se estimula a associação entre o conhecimento formal da academia e a vida cotidiana das presas e revela-se que este processo é coletivo, mesmo que, institucionalmente, o contexto do presídio não favoreça a vida coletiva.

O projeto, portanto, atingiu seus objetivos ao mostrar que, apesar das diferenças sociais, econômicas e culturais dominantes tanto dentro quanto fora do presídio somos todos humanos e cidadãos e por isso merecemos respeito e atenção seja da mídia, das escolas, das empresas e sobre tudo do estado. Afinal para a luta continuar devemos nos fazer ouvir e também expressar nossas opiniões. Neste sentido, a extensão cumpriu e vai cumprir sua missão.

A partir de temáticas baseadas em situações cotidianas as atividades realizadas procuraram problematizar e instigar, tanto nas

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

presidiárias como na própria equipe extensionista, a formação de uma concepção crítica em relação aos direitos humanos que, assegurados por lei, são, cotidianamente, desrespeitados e violados.

Ao criar um espaço de debate e de construção de novas elaborações políticas e culturais as ações extensionistas revelaram e confirmaram a importância de incrementar o debate acerca dos elementos que, historicamente, foram favorecendo a constituição de “identidades” que definem o ser mulher e o ser homem.

Também foi relevante por possibilitar às mulheres presidiárias o reconhecimento de como elas são invisibilizadas e renegadas e, através desse reconhecimento, elas terem maiores condições de lutar pelo respeito aos seus direitos e que comecem a desconstruir os preconceitos, estereótipos e estigmas que, socialmente, lhes são impingidos. E assim reconhecer a si e ao outro enquanto seres humanos que possuem direitos e deveres iguais e que estes devem ser respeitados, procurando conexões que pudessem estabelecer naquele cenário uma possibilidade de reintegração social e ressocialização.

Essas discussões foram importantes à medida que possibilitam a construção de alternativas de politização do convívio social, destacando a rejeição e a exclusão como fatores que deveriam ser superados e não

levados em conta para a prática de novos delitos. Construindo ou até mesmo redescobrimdo a cada encontro um pilar no processo de humanização desse contingente populacional; bem como, a partir de relatos de experiências das mesmas, reconhecer uma gradativa mudança no modo de enxergar e enfrentar as diversas situações cotidianas, corroborando para que se percebessem como seres culturais, sociais e históricas, portanto, merecedoras de respeito.

REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CANDIOTTO, Cesar. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. *Psicologia & Sociedade*; 24 (n.spe.): 18-24, 2012.

COLARES, Leni Beatriz Correia; LUIZ, Antônio Bogo Chies. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.2, maio/agosto. 2010. P. 407-423.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2014.

MEDEIROS FILHO, João Quintino. Moda e gênero: O vestuário sexualizado no New look de Christian Dior (anos 1950). In: **Mneme: Revista de Humanidades**. (Dossiê Histórias do Corpo). Caicó, v. 16, n. 37, jul./dez.2015, p.10-36.

Por trás do silêncio: experiências de mulheres com a violência urbana no Brasil. Amnesty Internacional. 2008.

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES
XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam.** 1.

ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.



www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br